

FUNÇÕES SOCIAIS DO ENSINO DE 2.º GRAU NAS CONDIÇÕES DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

MARIA UMBELINA CAIAFA SALGADO
do Ministério da Ciência e Tecnologia

RESUMO

O artigo trata das funções sociais da educação de 2.º Grau, no Brasil contemporâneo, tendo como referência a análise das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção nas formações sociais capitalistas periféricas. Distinguem-se dois grupos de questões. O primeiro deles diz respeito à superação da atual posição desfavorável ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho. Nessa perspectiva, o 2.º Grau se apresenta como parte integrante da educação básica, cabendo-lhe fornecer, a todos os cidadãos brasileiros, elementos para que dominem os processos produtivos e compreendam as condições históricas da produção do conhecimento científico e tecnológico, assim como meios de acesso sistemático às humanidades e às artes. O segundo grupo de questões está relacionado ao caráter de classe da sociedade brasileira. Para fazer reverter a eventual mudança das condições do país em favor dos segmentos sociais hoje explorados e marginalizados, cabe ao 2.º Grau instrumentalizar todos os cidadãos para que se tornem capazes de lutar por seus direitos e pela construção de uma sociedade igualitária.

SUMMARY

Social functions of high school in contemporary Brazil are approached referring to the contradictions between the development of new productive forces and the relations of production in periphery capitalistic social formations. This brings out two groups of issues. The first relates to the need of improving Brazil's unfavourable situation in international division of labour. In this perspective, high school is part of basic education and should provide to all citizens the basic elements needed to master modern production process and to understand historical conditions under which science and technology are produced, as well as access to humanities and arts. The second group of issues concerns class character of Brazilian society. In order to assure a fairer distribution, among the now exploited segments of society, of the benefits of change in the country's conditions, high school should offer all citizens the necessary instruments to struggle for their social, political and economic interests, aiming at an egalitarian society.

Desde meados dos anos 70, quando se tornou mais aguda a polêmica em torno da profissionalização do ensino de 2.º grau no Brasil, vem-se apresentando, como principal problema desse nível de educação, a perda de sua identidade e o conseqüente esvaziamento de suas funções: nem ensino propedêutico, nem profissionalizante, mas apenas uma composição híbrida, onde o desenvolvimento da educação básica se faz às expensas da formação profissional e vice-versa.

Esse diagnóstico, embora basicamente correto, é parcial, conduzindo à formulação de políticas educacionais equivocadas, na medida em que se orienta apenas pela velha questão da dualidade do ensino médio no Brasil, ou mais recentemente, pela sua fragmentação — mais perversa que a simples dualidade, porém fundada na mesma concepção de educação como reprodutora da estrutura social. Esse modo de perceber o problema — que inclusive antecede historicamente a própria crítica reproducionista — enfatiza a determinação da educação pelos fatores sócio-econômicos, porém deixa de lado as mediações e as contradições envolvidas no processo.

Assim, paradoxalmente, as tentativas de pensar um projeto educacional capaz de superar a dualidade, contemplando os interesses de toda a população, têm apresentado resultados desastrosos. Embora polarizasse os esforços de educadores progressistas, nas décadas de 50 e 60, o empenho na unificação do ensino médio acabou resultando — sob o regime autoritário instaurado em 1964 — na política fracassada da profissionalização universal e obrigatória do ensino de 2.º grau (Cury et al., 1982). A Lei 5692/71, baseando-se em falsas conjecturas sobre as relações entre educação e trabalho, erigiu como principal meta a formação de recursos humanos para atender às supostas demandas de um sistema econômico que expandia e modernizava rapidamente sua base industrial, integrando-se ao sistema capitalista internacional (Cunha, 1975, Salm, 1980). Contudo, esse privilégio dado ao mercado de trabalho, como referência para a formulação de uma política destinada ao nível médio de educação, manifesta na verdade desconhecimento e/ou avaliação inadequada das condições concretas que marcaram a industrialização brasileira. Os resultados desse equívoco foram o superdimensionamento do número de técnicos de nível médio julgado necessário para sustentar o processo de modernização do sistema produtivo e a tentativa de apresentar a escola como agência de formação de recursos humanos, subordinada ao mercado de trabalho, que conduziram ao impasse e à revogação da política de profissionalização do 2.º grau.

O problema, entretanto, não ficou resolvido. Feito o desatrelamento legal da escola média ao mercado de trabalho (Parecer 76/75 do Conselho Federal de Educação e Lei 7044/82) restaram só ruínas. A formação profissional *strictu sensu* foi incorporada ao Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra/SNFMO, do Ministério do Trabalho, ficando no sistema educacional uma rede de escolas técni-

cas esvaziadas pela própria história da profissionalização e, ao mesmo tempo, insuficientes para atender às crescentes reivindicações da população, que percebe intuitivamente a importância de se apropriar do conhecimento e da técnica.

De 1983 até agora, as medidas tomadas pelo MEC para resolver a questão do 2.º Grau têm sido fragmentárias e incoerentes, voltando a admitir tacitamente a dualidade — ou mesmo a multiplicidade — do nível médio de educação. Sem deixar de reconhecer os esforços isolados de alguns educadores que têm atuado nos órgãos oficiais, não se tomaram providências efetivas para amadurecer uma concepção de 2.º Grau compatível com o momento presente. A situação das escolas, na maioria dos casos, reflete apenas a insuficiência de recursos, as más condições físicas da rede escolar, o florescimento desordenado de interesses privados, a obsolescência do ensino técnico e os restos de uma educação acadêmica formalista e desatualizada.

Todavia, fora da esfera burocrática, têm surgido estudos e pesquisas (Kuenzer, 1988) que significam avanços para o tratamento do ensino de nível médio, refletindo sobre a educação do trabalhador e a politecnia contrapostas à colocação tradicional de 2.º Grau como preparação para o trabalho alienado e o mercado. Superando a visão estreita, baseada na simples denúncia da segmentação do sistema de educação, essa nova perspectiva tem como ponto central a análise da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção na fase contemporânea do capitalismo.

Esse tipo de abordagem possui três grandes vantagens em relação ao anterior, no tratamento da problemática do 2.º Grau. Em primeiro lugar, permite propor e conduzir de modo apropriado questões envolvidas na relação entre capital e trabalho, que escapam às visões dual e reproducionista do ensino médio. É o caso, por exemplo, do atraso tecnológico do país diante das transformações decorrentes da disseminação das chamadas novas tecnologias, que vêm afetando decisivamente a divisão internacional do trabalho. Em segundo lugar, possibilita a captação das contradições envolvidas em diferentes processos — tais como a organização da produção, a reestruturação ocupacional e as novas formas de controle social da força de trabalho determinadas pelo avanço das forças produtivas — bem como as mediações exercidas em seu contexto pela educação escolar. Finalmente, esse enfoque favorece a abordagem histórica dos problemas, na medida em que tem como pontos de partida, por um lado, a situação do Brasil no sistema capitalista contemporâneo e, por outro, o caráter de classe de sua sociedade.

Assim, a proposta deste texto é refletir sobre as funções sociais do ensino de 2.º grau, no Brasil de hoje, tendo como quadro de referência não apenas sua dualidade ou sua fragmentação constatadas, mas principalmente sua determinação pelas formas produtivas que se desenvolvem no bojo dos processos de internacionalização da economia e de modernização do país e que vêm, cada vez mais, en-

trando em conflito com as relações de produção geradas pelo capitalismo dependente.

FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NAS FORMAÇÕES SOCIAIS PERIFÉRICAS: O CASO DO BRASIL

A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção no capitalismo constitui uma das dimensões básicas da teoria marxista, cujo contorno já se faz claro desde as obras do jovem Marx (Marx e Engels, 1976). Implicada no antagonismo inerente ao duplo caráter do capital — força social produzida coletivamente e, ao mesmo tempo, valor privatizado, arrancado a seus produtores — essa contradição assume caráter peculiar no contexto do capitalismo contemporâneo, ou seja, na nova fase que se instalou a partir da Segunda Guerra Mundial.

Assim, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas passou a manifestar-se sob a forma de incorporação crescente da ciência e tecnologia (C & T) ao processo de produção, tornando-se estas cada vez mais importantes para a sobrevivência da espécie humana. Embora o progresso da ciência tenha sido sempre importante para a humanidade, antes que se firmasse o modo de produção capitalista seu ritmo era relativamente lento e poucas eram as possibilidades de aplicação do conhecimento científico. Foi a partir da própria Revolução Industrial — marca da consolidação do capitalismo — que se criaram as condições para o desenvolvimento científico e tecnológico operar modificações substantivas na estrutura e na dinâmica das forças produtivas, viabilizando sua forma de atuar na época presente. Em contrapartida, o constante progresso dessas forças tornou-se vital para a própria dominação do capitalismo, quer em termos de competição com o Bloco Socialista ou de manutenção da hegemonia do Primeiro Mundo sobre o Terceiro, quer sob a forma de luta de classes no interior das formações sociais capitalistas.

Por outro lado, entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas desestabiliza o domínio do capital, acarretando, entre outras coisas, mudanças bruscas em sua composição orgânica, com graves conseqüências — que se traduzem em obsolescência da parte fixa, em exigência de novas formas de organização do processo produtivo e em necessidade de meios mais refinados de controle social da força de trabalho. No limite, o avanço das forças produtivas, conduzindo à automação completa, poderia superar a divisão e a alienação do trabalho, levando à destruição do modo de produção capitalista. Neste sentido, esse avanço interessa aos trabalhadores e não à burguesia.

Para evitar que se desencadeie essa crise final — ou adia-la — a classe capitalista cria uma série de dispositivos que lhe permitem influir sobre o avanço das forças produtivas, colocando-o sob certo controle e fazendo até com que o progresso técnico se volte contra os trabalhadores. Assim, modificam-se alguns aspectos do modo de produção capitalista,

mas são mantidos seus pontos essenciais relativos à expropriação da força de trabalho.

Esse esforço de mitigação da crise estrutural permanente, por meio da administração dos efeitos das contradições e de seu ocultamento, faz-se em dois níveis, que se determinam reciprocamente. No plano da estrutura econômica, traduz-se na criação de condições artificiais para regular o funcionamento da lei do valor. No plano superestrutural, concretiza-se através da mediação de instâncias tais como a produção de C & T, o planejamento, a educação, a formação profissional e os dispositivos de controle social da força de trabalho, entre outras.

A partir desse quadro é possível captar a contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais de produção, nas condições específicas do Brasil. Para isso entretanto é necessário explicitar as peculiaridades da inserção do país no sistema capitalista mundial, analisando a forma que assumiram, no contexto brasileiro, as principais características do capitalismo contemporâneo, ou seja, a oligopolização e a internacionalização, o Estado intervencionista, a busca de superlucros pela incorporação de C & T ao processo produtivo, a reorganização da estrutura ocupacional e os métodos persuasivos de controle social da força de trabalho (Mandel, 1982).

A oligopolização é um fenômeno que resulta do refinamento da cooperação que, enquanto força produtiva, viabiliza o trabalhador coletivo, exigindo uma concentração cada vez maior dos meios de produção, bem como um grau sempre mais elevado de centralização das decisões. Esses processos de concentração e de centralização manifestam-se sob as formas de diversificação e integração da estrutura produtiva, de crescimento no tamanho das unidades de produção e/ou de formação de grupos e conglomerados de empresas, cujos interesses — embora representem relativamente poucos indivíduos — tendem a extrapolar as fronteiras nacionais.

Assim, embora a internacionalização seja um fenômeno ligado ao capitalismo desde o início, apenas na fase contemporânea formou-se um verdadeiro sistema multinacional que, além do capital industrial, incorpora o capital financeiro, integrando os países avançados e os subdesenvolvidos como Centro e Periferia, respectivamente. Nessas circunstâncias, os estados nacionais tiveram suas funções modificadas e ampliadas cabendo-lhes garantir uma série de condições necessárias ao funcionamento da economia oligopolizada.¹

1 A concepção das funções do Estado no capitalismo contemporâneo representa uma área polêmica entre os autores de orientação marxista: de um lado, colocam-se os adeptos do Capitalismo Monopolista de Estado (CME) e, do outro, situa-se a perspectiva do marxismo ortodoxo. Essa discussão é bem encaminhada por Mandel (1982), em *O capitalismo tardio*, obra que, classificadamente, trata das características do capitalismo contemporâneo. Ver também Teixeira (1983).

Mesmo antes da fase atual, já cabia ao Estado capitalista fazer mediação entre base e superestrutura, assegurando, por um lado, as condições gerais da produção e, por outro, reprimindo ameaças das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes e integrando-as por meio da disseminação da ideologia hegemônica. No contexto da oligopolização, a função econômica do Estado se hipertrofiou, passando a incluir a própria acumulação e tendendo a englobar as demais, por meio do planejamento e do controle racional/legal dos movimentos sociais e da própria ideologia. Assim, tornou-se possível a socialização estatal dos riscos e perdas, em número crescente de processos produtivos, mantendo-se as condições necessárias ao crescimento da economia oligopolizada.

Além disso, as funções assumidas pelo Estado no capitalismo contemporâneo revestem-se de enorme complexidade, em vista da multiplicação dos interesses econômicos transnacionais, que dificultam ou mesmo impossibilitam o planejamento independente da política de cada país. Nessas condições, são influenciados pelo contexto internacional tanto os países do Centro — que têm de estar atentos ao desenvolvimento do Bloco Socialista e de procurar manter sua hegemonia sobre os integrantes do Terceiro Mundo — quanto esses últimos, que passam a ocupar lugares cada vez menos significativos na divisão internacional do trabalho.

Por outro lado, é importante notar que, nos países periféricos, invertem-se as relações entre os processos de oligopolização e internacionalização. Enquanto no Primeiro Mundo a oligopolização gerou os interesses supranacionais, na Periferia esse processo resulta na abertura da economia ao capital estrangeiro, como estratégia para mudar a participação do país na divisão internacional do trabalho. As economias nacionais são assim dominadas pelos interesses das grandes corporações do Primeiro Mundo, o que contribui para tornar agudos os desequilíbrios econômicos e extremos os contrastes sociais. Nessa situação, acentua-se a importância do papel do Estado, que se torna o grande avalista da modernização dependente.

Entretanto, essas condições gerais das relações entre Centro e Periferia assumem características peculiares em cada formação social concreta. Assim, para compreender as especificidades da inserção do Brasil no sistema capitalista internacional, cumpre retomar inicialmente alguns dados históricos.

A abertura da economia brasileira ao capital internacional — nos termos do capitalismo contemporâneo — efetivou-se na década de 50 quando se construíram as bases de um setor industrial moderno e se estabeleceu um padrão de acumulação tipicamente capitalista (Possas, 1983).

A atuação do Estado foi decisiva nesse processo, desde o "Plano de Metas" de Juscelino Kubitschek mas, principalmente, no período pós-64, não apenas oferecendo incentivos diretos ao capital internacional, mas também garantindo a infra-estrutura

de serviços e de bens necessários ou chegando mesmo a atuar como capitalista e parceiro de risco das empresas estrangeiras (Coutinho, 1977).

A decisão de abrir a economia brasileira ao capital internacional representou a vitória das correntes liberais que se contrapunham aos grupos nacionalistas, defensores do desenvolvimento autônomo. Desde 1930, as crescentes intervenções na economia do país obedeceram a um movimento pendular entre as duas tendências, predominando ora as estratégias nacionalistas, ora as de desenvolvimento dependente (Ianni, 1977). Contudo, apenas essas últimas chegaram a se concretizar, na medida em que nunca houve ruptura radical nas relações de dependência externa da economia brasileira. Pelo contrário, há autores que interpretam os acontecimentos de 1964 como um ajustamento das condições políticas e sociais do país ao funcionamento do modelo econômico em vigor, isto é, a modernização dependente. Como resultado, o período que vai de 1964 a 1974 foi marcado por uma aliança política ampla de todos os segmentos e frações da classe proprietária, unificando-os temporariamente sob a hegemonia dos grupos comprometidos com o capital internacional (Martins, 1977).

Entretanto, a política de modernização/internacionalização da economia brasileira não surtiu os resultados esperados, falhando no ponto fundamental de sua proposta, ou seja, a mudança da posição do país na divisão internacional do trabalho. Essa mudança significava passar de fornecedor de matérias-primas a exportador de produtos industrializados modernos. Contra a expectativa, porém, o mercado interno acabou por representar o elemento de sustentação do crescimento industrial que, por sua vez, mostrou-se incapaz de gerar divisas para o país.

Nessas circunstâncias, o Estado brasileiro teve de intervir repetidamente para proteger e socorrer o setor ligado ao capital nacional o que resultou, por um lado, na hipertrofia do setor produtivo estatal e, por outro, na estatização da dívida externa — contraída inicialmente pelos setores privados — que constituiu um dos principais determinantes da crise econômica atual (Cruz, 1983).

Contraditoriamente, porém, esses percalços contribuíram para que o Brasil fugisse ao padrão dos chamados *newly industrialized countries* cuja dependência do Centro se acirra pela falta de mercado interno e pela base estreita dos setores industriais voltados exclusivamente para a exportação. Assim, cumpre analisar os resultados da modernização dependente do Brasil, buscando caracterizar a estrutura e a base técnica de seu setor industrial.

Estrutura e base técnica do setor industrial brasileiro

Apesar dos percalços sofridos pelo Brasil em seu ingresso no sistema capitalista contemporâneo, o país possui hoje um setor industrial com boa base de sustentação, além de razoavelmente balanceado

e diversificado. Essa avaliação é de Leme (1987), que identifica a existência de quatro complexos (metal-mecânico, papel & gráfica, construção civil, têxtil & calçados) e dois macrocomplexos (indústria química e agroindústria) industriais no Brasil.²

A articulação interna desses complexos é, no entanto, bastante heterogênea, havendo alguns, tais como o petroquímico, por exemplo, que se encontram bem integrados, enquanto em outros a integração é meramente formal — como é o caso de alguns componentes do complexo metal-mecânico. Entre os fatores que determinam essa heterogeneidade, encontra-se a presença do capital internacional, que contribui para dificultar o planejamento global de cada ramo, uma vez que sua programação sofre grande influência das matrizes estrangeiras. Além do mais, existem vários problemas ligados ao domínio de tecnologias, mesmo convencionais.

Por outro lado, em relação aos setores intensivos em tecnologia, a situação é bem mais grave, encontrando-se eles em estágio muito incipiente. Na área de biotecnologia, por exemplo, as empresas têm utilizado apenas alguns processos básicos, estando longe do domínio da fronteira desse conhecimento. No caso da química fina, sua ausência é considerada como a principal fraqueza do complexo petroquímico. Em relação à criação de novos materiais, apesar de alguns avanços na produção de cerâmicas supercondutoras, o progresso é mínimo diante dos obstáculos que se apresentam. No campo da informática e microeletrônica, houve um pouco mais de avanço, porém são grandes os problemas existentes, destacando-se a falta de autonomia na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos relacionados ao setor, bem como a competição do capital internacional e suas pressões para acabar com a reserva de mercado.

Esses problemas — na verdade comuns a todos os setores modernos da indústria brasileira — decorrem das dificuldades que o país tem apresentado para desenvolver uma das características mais importantes do capitalismo contemporâneo. Trata-se da incorporação de C & T como base técnica da produção,³ o que constitui uma das principais fontes de lucros extraordinários dos oligopólios,⁴ possibilitando o aparecimento de novos materiais — que permitem fugir ao condicionamento imposto pelas limitações das matérias-primas naturais — e novas técnicas de organização do processo produtivo, baseadas na automação — que viabilizam, entre outras coisas, o domínio das contingências relativas à força de trabalho.

Nessas condições, o controle da produção do conhecimento e das inovações tecnológicas, bem como de sua difusão, tornou-se vital para o capitalismo, dando origem ao aparecimento de sistemas amplos e articulados com o Estado que, por sua vez, constitui ponto-chave para o estabelecimento de relações entre as instâncias de produção do conhecimento e o setor empresarial.

Entretanto, apesar de algumas iniciativas importantes, foi somente em 1968, com o Plano Estratégico

de Desenvolvimento (PED), que o Brasil chegou a ter uma política propriamente dita para o desenvolvimento científico e tecnológico, vinculando-o à retomada do desenvolvimento econômico e à industrialização. Os princípios expressos no PED foram reafirmados no I e no II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND).

A partir da análise desses documentos, pode-se dizer que, durante a década de 70, foram pontos básicos da política brasileira de C & T a formação de recursos humanos, o domínio das novas tecnologias e o desenvolvimento da tecnologia industrial (Casoliato, 1983). Além disso, na área da educação, observaram-se esforços no sentido de modernizar a estrutura da universidade brasileira, criando condições para o desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, todas essas providências revelaram-se insuficientes, tendo sido modestos os resultados obtidos.

Essa avaliação pouco favorável se confirma pela observação dos gastos restritos que acompanharam os ambiciosos discursos contidos nos documentos e planos relativos à C & T, na década de 70. Assim, em 1975, os gastos globais do País em C & T representavam 0,35% do Produto Interno Bruto (PIB), proporção essa que se elevou a 0,39% em 1980. Todavia, nesses mesmos anos, as porcentagens foram de 2,40% e 2,48%, respectivamente, nos Estados Unidos, 2,20% e 2,40%, na Alemanha e 0,40% e 0,57%, na Coreia do Sul,⁵ patenteando o acanhamento dos recursos brasileiros, não só em comparação com os países do Centro, mas também com outros países do Terceiro Mundo.

A situação piorou ainda mais na década de 80, em função do aprofundamento da crise econômica e da necessidade de ajustes no balanço de pagamento. O III PND (1980-1985) era bem mais vago que os

2 Os complexos resultam da integração vertical — tratamento da matéria-prima ao produto final — e horizontal — especialização de empresas na produção de componentes ou insumos utilizados por outras — de um ou vários ramos da economia, indicando *grossa modo* seu grau de oligopolização. Ver Haguenaer, 1985.

3 Existe discordância entre os autores quanto à existência de uma verdadeira revolução científico-técnica, na base do capitalismo contemporâneo. A existência de uma ruptura real com a fase anterior é defendida por autores que aderem ao CME. Ver por exemplo, Richa (1974) e Santos, T. (1983). Outros autores não vêem real descontinuidade no desenvolvimento das forças produtivas representadas pela C & T, como Mandel (1982) e Coriat (1976).

4 Lucros extraordinários ou superlucros correspondem a taxas acima da média obtidas por empresas que conseguem abaxiar artificialmente o custo de um dos fatores da produção — mão-de-obra, matéria-prima ou organização do processo de trabalho — mantendo o monopólio de sua conquista e vendendo seu produto pelo preço de mercado. O mais importante meio para a obtenção de superlucros é hoje representado pela introdução de C & T no processo produtivo, resguardando-se o "segredo" da invenção pelo maior tempo possível.

5 Fontes: UNESCO 1987; Kenzai-Koho Center, 1987; Brasil, s. d.

anteriores em relação ao setor de C & T. Assim, embora a proporção entre os gastos nesse campo e o PIB continuasse crescendo até 1982 — quando o percentual foi de 0,80% — em 1983 e 1984, as taxas diminuíram para 0,63% e 0,62%, respectivamente. Em 1985, o percentual voltou a crescer mas apenas em 1986 chegou a atingir 0,80%, igualando o nível alcançado em 1984.⁶

De acordo com Leme (1987) há dois problemas básicos em relação à política científica e tecnológica do país. Em primeiro lugar, sua formulação explícita não coincide muito com o que de fato se implementa na indústria, vigorando, na verdade, uma estratégia tácita, decorrente de decisões tomadas na área econômica. Assim, a política econômica de emprego maciço do capital estrangeiro como base da modernização do setor industrial teve como implicação prática o uso preferencial de pacotes tecnológicos importados, comprometendo profundamente o programa local de C & T.

O segundo problema apontado por Leme consiste na falta de articulação interna entre ciência, tecnologia e produção, indicando a ausência de um plano mais global que facilite o estabelecimento desse tipo de relações entre as instâncias de criação e as de aplicação do conhecimento — universidade, institutos de pesquisas e empresas.

Entretanto, é possível que todas essas dificuldades enfrentadas pelo setor de C & T no Brasil tenham sua origem nas condições em que se estabeleceu a correlação de forças dominante no período pós-64. Segundo Martins (1987), a fração de classe hegemônica, favorável à internacionalização da economia, chegando ao poder por meios atípicos e aproveitando-se das facilidades com que contava para governar, limitou-se a um discurso ambicioso, sem tomar providências efetivas para que o país alcançasse a maturidade em C & T — que evidentemente não interessava ao capital internacional.

As características estruturais do setor industrial brasileiro, bem como a dificuldade de avanços tecnológicos gerados endogenamente determinam, em parte, a heterogeneidade acentuada que se observa na base técnica da produção e na organização do processo de trabalho, em geral, no país.

Enquanto certos ramos industriais — tais como os da construção civil e da indústria de roupas — funcionam, na maioria dos casos, segundo esquemas semi-artesanais ou rotinizados, outros ramos — tais como o bancário e o siderúrgico — utilizam formas modernas de organização dos processos de trabalho, compatíveis inclusive com a automação. Mesmo nesses casos, todavia, é grande a diversidade observada no interior de cada empresa, onde coexistem, lado a lado, processos que usam força bruta e processos baseados em equipamentos complexos de controle eletrônico (Fleury, 1983; Salgado, 1984).

Assim, na medida em que, no curto espaço de duas décadas, criaram-se no Brasil as condições para o funcionamento dos setores oligopolizados da economia, os modernos processos de produção passaram a conviver com os mais diferentes modos de

organização do trabalho, por um lado, e de apropriação do excedente econômico, por outro.

O resultado disso é que, enquanto nos setores modernos (tal como ocorre nos países do Centro) a divisão e a organização do trabalho em termos tayloristas há muito mostrou seus limites no âmbito da própria economia, levando a estratégias de aparente recomposição da unidade laboral, sem que todavia se supere a alienação (Coriat, 1979), nos setores tradicionais persistem formas primitivas de organização da produção, onde se pode observar uma exploração bastante crua da força de trabalho.

Contudo, essas características da base técnica do setor industrial brasileiro também se relacionam à questão da reorganização da estrutura ocupacional e aos processos de controle das contingências relativas à força de trabalho, no país.

Reorganização da estrutura ocupacional no Brasil

Uma das conseqüências das mudanças na base técnica da produção, a partir da crescente incorporação de C & T no capitalismo contemporâneo, diz respeito ao grande crescimento proporcional das atividades de planejamento e de controle do processo produtivo, mudando os requerimentos de qualificação e diminuindo o contingente da mão-de-obra diretamente envolvido na produção.

É importante notar que essas modificações repercutem no sistema econômico como um todo, uma vez que, na economia oligopolizada, é indispensável não apenas que a indústria mantenha sob controle o ritmo da produção, mas também que seja acelerada a circulação das mercadorias, por meio das atividades de transporte, armazenagem e comercialização.

Assim, o funcionamento do capitalismo contemporâneo implica o crescimento relativo, a diversificação e a modernização do setor terciário. Para alguns autores, mais do que isso, implica o surgimento de um novo setor, o quaternário, congregando as atividades ligadas à informática e ao desenvolvimento da C & T (Richta, 1972). Quanto ao setor primário, a tendência é para a mecanização e a integração com a indústria, resultando na diminuição do contingente de mão-de-obra empregado.

No caso do Brasil, a heterogeneidade observada na estrutura e na base técnica do setor industrial, bem como as condições históricas em que se deu a internacionalização da economia, levaram a significativas alterações nos setores terciário e primário.

As modificações no setor terciário caracterizaram-se pela burocratização/racionalização — em sentido weberiano — decorrente da ampliação das funções do Estado e do aumento do número de macroempresas industriais — e, conseqüentemente, de seus setores burocráticos — bem como de outras organizações públicas e privadas (Santos, 1985).

⁶ Fonte: Brasil, s. d.

Esse processo, entretanto, não atingiu todo o setor terciário, criando antes focos de oligopolização que se articulam com grande conjunto de pequenas e microempresas comerciais e de prestação de serviços, principalmente no setor privado — já que, no setor público, a tendência é sempre para a grande empresa (Brasil, 1983).

Cumpra ainda notar que a modernização do setor terciário no Brasil caracterizou-se pela adoção de políticas destinadas a dinamizar o setor industrial e dar-lhe suporte, ficando em segundo plano o atendimento aos interesses da população (Singer, 1975).

No setor primário, o fato mais significativo diz respeito à modernização da agricultura, que também se deu nessa perspectiva de suporte ao setor industrial, apresentando-se como uma saída para a crise deste, a partir de 1974 (Figueiredo, 1982; Aguiar, 1983). O eixo central da estratégia adotada foi a transformação da agricultura em consumidora de produtos industrializados, criando-se grandes empresas agrícolas utilizadoras de máquinas — tratores, ceifadoras e frigoríficos, por exemplo — sementes, defensivos e fertilizantes. Todavia cumpre notar que, tal como no caso do terciário, essa estratégia resultou no contraste entre as modernas macroempresas e os pequenos estabelecimentos que — mesmo ocupando apenas um quinto da área agrícola do país e recebendo cerca de um terço dos financiamentos — oferecem 82% do emprego rural, além de serem os responsáveis por 80% dos produtos destinados ao mercado interno e por 56% daqueles destinados à exportação (FIBGE, 1975).

Toda a análise até agora desenvolvida deixa claro que a heterogeneidade e os contrastes observados nos diferentes setores da economia brasileira resultam até certo ponto das condições de sua participação no sistema capitalista internacional. Como país do Terceiro Mundo, o preço de sua industrialização/modernização traduziu-se na atuação do Estado em favor do capital internacional, na concessão de compensações ao capital nacional e na subordinação das políticas sociais aos interesses do setor econômico. Entretanto, esses mesmos processos geraram uma série de novas contingências relativas à força de trabalho, mudando as forças e as instâncias de desenvolvimento da luta de classes.

Controle social da força de trabalho por meios persuasivos

A intensificação do caráter coletivo da produção, na fase contemporânea do capitalismo, facilita a organização dos trabalhadores para a negociação de sua força de trabalho, criando condições favoráveis à multiplicação de suas entidades de classe e à sua atuação efetiva. O grau em que isso ocorre determina, em grande parte, o fôlego que os trabalhadores podem possuir na luta pela reversão, em seu benefício, do avanço tecnológico e do incremento da automação no processo de trabalho — o que contraria evidentemente os interesses do capital.

Assim, não sendo viável anular a organização dos trabalhadores — uma vez que, em certo sentido, ela resulta da própria adoção de critérios de racionalidade técnica pelo setor produtivo — o capitalismo desenvolveu uma série de dispositivos para o controle social da força de trabalho por meios persuasivos, incluindo novas técnicas de gerência e de supervisão, diversas modalidades de salários indiretos, estratégias sofisticadas de treinamento e reforço das condições de sua própria direção hegemônica.

No contexto da modernização/internacionalização da economia brasileira, esses fenômenos se apresentaram sob a forma de um amplo movimento de organização, em todos os setores da sociedade civil. Embora se tenha iniciado ainda no final dos anos 50, esse processo tornou-se crucial em meados da década de 70, a partir da crise econômica gerada pelo fracasso do “milagre” e da ruptura do pacto de dominação burguesa — que viabilizaram a mobilização das camadas populares em torno da luta pela abertura política (Martins, 1977).

Para se ter uma idéia da amplitude do processo de organização dos mais diferentes segmentos das classes trabalhadoras, basta dizer que, na década de 70, o número absoluto de sindicalizados urbanos mais que dobrou, passando a incluir também profissionais liberais e funcionários públicos, ao mesmo tempo em que se generalizava a sindicalização do campo (Santos, 1985).

Mais importante porém que esse crescimento numérico, foi a mudança observada nas formas de atuação dos trabalhadores, que desenvolveram certo grau de autonomia, a partir do afastamento de lideranças pelegas e da atuação dos novos sindicatos rurais, livres da tradição de peleguismo e de submissão ao Estado.

Todavia, enquanto luta pela transformação da sociedade, a organização dos trabalhadores brasileiros é ainda incipiente e heterogênea. Se existem setores de vanguarda, comprometidos com mudanças substantivas, em muitos outros o movimento se guia apenas por interesses imediatos.

Mesmo assim, como contrapartida a essa organização dos trabalhadores, dois tipos de fenômenos podem ser observados, ao nível dos segmentos e frações da classe capitalista e ao nível do Estado.

O primeiro deles diz respeito à organização do próprio empresariado que, até o início dos anos 60, limitava-se às velhas estruturas dos sindicatos patronais como única via para a expressão de seus interesses. A descoberta do Congresso Nacional como canal importante para a tomada de decisões e o recurso do *lobby* apareceram na prática política do empresariado por volta de 1958/1962. A partir de 1964 cresceu continuamente o número de associações extracorporativas dos empresários, destinadas a defender seus interesses junto a um Estado cada vez mais atuante na economia (Santos, 1985). Assim, a sindicalização dos trabalhadores, na década de 70, veio encontrar um setor empresarial organizado na defesa dos interesses capitalistas e articulado como

o Estado na instauração de medidas destinadas ao controle social da força de trabalho, por meios persuasivos.

Nesse contexto, o segundo fenômeno observado diz respeito à atuação do Estado na associação entre controle social preventivo e formação profissional. A década de 70 caracterizou-se por múltiplas iniciativas governamentais que traduziam um esforço concentrado no sentido não apenas da manutenção de uma oferta estável de força de trabalho qualificada segundo os requerimentos do setor econômico, mas principalmente sintonizada com as atitudes e os valores que permeiam a organização do trabalho no capitalismo contemporâneo (Salgado, s.d.). Nesse sentido merecem destaque o incentivo à criação de unidades de treinamento no âmbito das empresas, o desenvolvimento de esforços na formação de executivos por meio de medidas tais como o Programa Nacional de Treinamento de Executivos/PNTE, a criação de um Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra/SNFMO e a formulação de políticas públicas para o setor.

Nessas circunstâncias, refinou-se a luta de classes, que passou a ser mediada por várias instâncias de negociação, onde vale o conhecimento substantivo da questão em causa. Isso significa que o conhecimento a respeito do trabalho e de sua organização no capitalismo contemporâneo, da dinâmica deste e da base de C & T incorporada ao processo produtivo constituem fatores essenciais para definir a vitória ou a derrota nas lutas dos trabalhadores. Assim, na medida em que o Brasil desenvolve e consolida as características do capitalismo contemporâneo — sem conseguir escapar aos desequilíbrios e contrastes que vêm marcando a industrialização do Terceiro Mundo — o conhecimento vai assumindo cada vez mais um caráter político, passando a determinar, em grande parte, as reais possibilidades de diferentes segmentos sociais dominados conseguirem espaço de participação nas decisões que atingem suas vidas e seus interesses.

Em suma, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção nas condições do capitalismo contemporâneo manifesta-se, por um lado, como criação progressiva das condições econômicas de caráter *técnico* que possibilitam a superação da divisão interna do trabalho, ao mesmo tempo em que se referem às estratégias *políticas* para manter a alienação. Por outro lado, entretanto, a incorporação de C & T ao processo produtivo implica a elevação — ainda que relativa — do nível educacional da força de trabalho, acentuando, do ponto de vista do capital, a necessidade de controle social por meios persuasivos e, ao mesmo tempo, dificultando esse controle na medida em que aumentam as oportunidades para um número crescente de trabalhadores dominar a totalidade do processo produtivo.

Na situação do Brasil, a análise da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção manifesta as condições históricas em que se deu sua modernização depen-

dente, quer denunciando a posição desfavorável do país na divisão internacional do trabalho, quer evidenciando as dificuldades e barreiras para a construção de uma sociedade igualitária. Esses fatos são da maior relevância para a compreensão das funções sociais da educação de 2.º grau.

AS FUNÇÕES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO DE 2.º GRAU

A partir da análise relativa à situação do Brasil contemporâneo, torna-se claro que falar das funções sociais da educação de 2.º grau significa discutir as contribuições possíveis do setor educacional à transformação da realidade do país. Nesse sentido, cumpre explicitar alguns pressupostos dessa discussão, que dizem respeito às relações entre educação e sociedade.

Enquanto parte da superestrutura social, o sistema educacional não tem condições de funcionar diretamente como o *locus* de transformações na base econômica. Isso entretanto não significa negar seu potencial de transformação, pois seu papel, tal como o de outras instâncias sociais, consiste em estabelecer mediações entre os termos das contradições que se originam na base e se manifestam sob diferentes aspectos, no plano superestrutural (Cury, 1986; Mello, 1982). Assim, embora qualquer projeto de transformação da realidade social passe por questões econômicas, não se pode deixar de reconhecer a contribuição específica — embora dentro de limites reais — a ser prestada pela educação.

Na situação atual do Brasil, as funções sociais da educação de 2.º grau devem ser analisadas, quer na dimensão do país — enquanto formação social capitalista que luta por uma posição mais favorável na divisão internacional do trabalho — quer na dimensão da sociedade, historicamente dividida em classes antagônicas.

A educação de 2.º grau do ponto de vista do País

Como se viu na análise precedente, um dos mais graves problemas do Brasil — de cuja superação depende seu futuro como potência industrial e, portanto, seu lugar no contexto mundial — diz respeito à geração endógena de conhecimento científico e tecnológico e ao domínio efetivo das novas tecnologias que estão modificando rapidamente a base técnica da produção, no capitalismo contemporâneo.⁷

7 Isso é válido também no caso de países socialistas, embora de forma diferente dos capitalistas. Enquanto nesses últimos são contraditórias as relações entre a determinação das forças produtivas pelos avanços da C & T e a apropriação privada dos meios de produção, nos primeiros há reforço mútuo, uma vez que ambos os processos têm caráter coletivo. Assim, as relações sociais de produção não representam entraves ao desenvolvimento das forças produtivas — embora haja outros tipos de problemas que entretanto, fogem aos objetivos desta discussão.

Supondo-se a existência, no plano político, de um empenho real em superar o atraso e a dependência tecnológica do país, bem como o divórcio entre a produção endógena de C & T e sua utilização efetiva pelo sistema produtivo, é necessário investir em três pontos essenciais.

O primeiro deles diz respeito ao estabelecimento e consolidação de equipes institucionais de pesquisa, principalmente nas áreas que lidam com as tecnologias de ponta — sem descuidar das demais — contemplando os três níveis de investigação pura, aplicada e de desenvolvimento. O segundo refere-se à formação de pessoal competente para incorporar, de fato, os avanços tecnológicos à organização da produção, tanto do ponto de vista operacional quanto do gerencial. O terceiro, finalmente, relaciona-se à criação de quadros políticos que tenham visão crítica suficiente para entender que a dependência tecnológica do país é um fato histórico e como tal deve ser tratado. É preciso perceber que a superação desse problema não é apenas um sonho, nem se fará por mágicas. Ao contrário, tem apoio na organização da sociedade civil — que vem se concretizando — e se reporta a um processo já instalado de integração, diversificação e especialização do setor industrial, bem como à existência de um grande mercado interno, que possibilitam pensar em salto qualitativo, mesmo nas atuais condições — adversas, porém contraditórias — de dependência econômica e tecnológica.

Nesse quadro, é óbvia a importância da educação, em todos os seus níveis, mesmo que sua ação seja limitada pelas determinações advindas da esfera econômica e de outras instâncias políticas e sociais. É necessário ter clareza da parte que lhe cabe especificamente, pois em seu campo de atuação não se pode improvisar.

Em relação à educação de 2.º grau, impõe-se uma nova concepção muito diversa das precedentes. Colocando-se como instância de formação do cidadão brasileiro, cabe-lhe criar os pré-requisitos necessários para que ele tenha acesso ao conhecimento científico e tecnológico, bem como às condições históricas da produção e utilização deste, viabilizando sua capacitação — mediante diferentes estratégias — como profissional especializado. Entretanto, essa ênfase ao conhecimento científico não significa exclusão das humanidades e das artes. Muito pelo contrário, em uma perspectiva dialética, tanto umas quanto outras fazem parte da construção histórica das condições da vida, sendo de fundamental importância para a coletividade.

Isso é muito diferente, quer da perspectiva pedagógica — estudo das ciências e das humanidades enquanto bagagem cultural que dá suporte ao posterior acesso às profissões tradicionais — quer da proposta profissionalizante — aprendizagem das técnicas operacionais, sem o correspondente domínio de sua base científica e tecnológica, nem a compreensão de seu caráter histórico. Na medida em que C & T passam a determinar cada vez mais o progresso das forças produtivas, é fundamental que

a educação do 2.º grau possa superar a separação entre teoria e prática, de forma que o trabalho — enquanto categoria antropológica — se torne o princípio que orienta e unifica o ensino (Kuenzer, 1988).

Deixando de funcionar como corredor para a universidade ou para o mercado de trabalho, o 2.º Grau adquire sua identidade própria, enquanto nível educacional que consolida o 1.º Grau e, ao mesmo tempo, dá conta de tarefas impossíveis para este, considerando a idade de seus alunos e a necessidade de dotá-los de um instrumental preliminar para o contato com a realidade. Assim, o 2.º Grau se configura como parte da educação básica, integrando o mínimo aceitável para todos os cidadãos brasileiros e incumbindo-se de garantir-lhes o acesso aos domínios da produção e da utilização da C & T, sem prejuízo dos demais aspectos da produção da existência, ou seja, as artes e as humanidades.

Essa definição, das funções da educação de 2.º grau, é todavia insuficiente, em uma sociedade de classes, onde o que se apresenta como necessidade essencial do país pode meramente corresponder aos interesses particulares da burguesia ou de seus segmentos e frações hegemônicas. Neste ponto a análise precedente das relações entre forças produtivas e relações de produção no capitalismo periférico oferece importantes subsídios, na medida em que permite ver com clareza como os interesses ditos gerais se articulam com os pontos de vista de classe da burguesia e dos trabalhadores.

O ponto de vista da burguesia

Ao analisar a questão do 2.º Grau, a partir da ótica da burguesia, a primeira questão que se coloca diz respeito à prioridade que, de fato, é dada por essa classe social à mudança da posição do país na divisão internacional do trabalho. Evidentemente existe interesse nesse sentido, porém dentro de limites e condições que, de modo geral, não são explicitados.

Assim, é importante ter clareza de que o lucro é o objetivo essencial e o compromisso primeiro do capitalismo. Na medida em que a inovação tecnológica produz resultados contraditórios para as empresas capitalistas, pondo em perigo seus lucros imediatos, as mudanças na base técnica da produção só se fazem sob pressão de fatores externos e, ainda assim, com a condição de que os riscos sejam minimizados pela intervenção do Estado na definição das regras do jogo econômico e na socialização de eventuais prejuízos.

A capacidade da classe burguesa de unir todas as suas frações e segmentos em torno da defesa do modo de produção capitalista manifestou-se claramente no pacto da burguesia brasileira, em 1964, quando os setores nacionalistas aceitaram subordinar seus interesses — ainda que momentaneamente — ao grupo hegemônico vinculado ao capital internacional.

Diante desse quadro, é inevitável que a classe capitalista veja a educação a partir de uma perspectiva imediatista e pragmática, interessando-lhe, por um lado, limitar a qualificação dos trabalhadores ao mínimo indispensável — barateando o custo da mão-de-obra — e, por outro, desenvolver mecanismos que lhe permitam certo controle sobre o estoque de recursos humanos qualificados em todos os níveis, de modo a manter sua autonomia diante das contingências relativas à força de trabalho.

Esse fato explica porque a formação profissional na escola de modo geral não agrada a seu principal beneficiário suposto, ou seja, o sistema produtivo. O estudo da trajetória da política de profissionalização do 2.º Grau mostra que alguns de seus mais importantes opositores eram os próprios empresários. Se toda e qualquer ocupação passasse a exigir formação escolar específica, diminuiria apreciavelmente a autonomia das empresas para a constituição de suas hierarquias de cargos e salários e para a definição de seus requisitos educacionais de entrada (Salgado, 1985).

Entretanto, não se pode, por isso, concluir que o sistema produtivo prescindisse da escola. Quanto mais moderno ele é, mais necessita de mão-de-obra educada, facilmente treinável ou adestrável — mesmo não desejando nem esperando que o sistema educacional prepare sua clientela para o desenvolvimento de funções específicas nas empresas (Frigotto, 1984).

Nas condições do capitalismo atual, entretanto, podem surgir conjunturas em que o sistema produtivo aceite correr o risco de aproximar-se da escola, quando esta corresponder à melhor alternativa para a solução de problemas relativos à incorporação de C & T, que se podem apresentar para as empresas sob pressão da concorrência ou de outros fatores — inclusive seu próprio interesse pela obtenção de lucros extraordinários. Ainda assim, entretanto, o sistema produtivo tudo fará para manter sob seu controle efetivo as relações estabelecidas com a educação formal (Salgado, 1984).

Nesses termos, as demandas do mercado de trabalho não oferecem base apropriada à formulação de políticas para o setor educacional. Por um lado, essas demandas não podem ser tomadas como necessidades de todos os segmentos da sociedade e, por outro, esse tipo de estratégia apresenta uma série de dificuldades teóricas — ligadas à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e às relações de produção no capitalismo contemporâneo. Ambos os tipos de dificuldade foram suficientemente evidenciados na própria trajetória da política de profissionalização do 2.º Grau. Assim, é necessário que se passe à análise da questão das funções sociais desse grau de ensino a partir da ótica das classes dominadas e subalternas.

O ponto de vista dos trabalhadores

Melhorar simplesmente a posição do país na divisão internacional do trabalho pode não resultar em

quaisquer benefícios para a grande maioria da população, composta de trabalhadores. Incorporar C & T ao processo produtivo pode mesmo significar aumento da exploração, na medida em que esses trabalhadores não tiverem força suficiente para reverter, em seu benefício, os resultados das inovações.

Nessa perspectiva, a educação de 2.º grau que interessa à grande maioria da população deve ser capaz de instrumentalizar os diferentes segmentos da sociedade, de modo a facilitar-lhes o acesso aos conhecimentos que permitem compreender teoricamente e dominar praticamente a organização da produção e a organização da sociedade em que ela ocorre. É nesse sentido que, como se viu no tópico precedente, a apropriação do conhecimento científico e tecnológico assume caráter político, no contexto da luta de classes.

Por outro lado, cumpre notar que, ao contrário da burguesia, às classes dominadas e subalternas interessa a remoção de todos os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas, o que coincide com os objetivos do projeto de mudança das condições do país na divisão internacional do trabalho. Uma conclusão possível desse raciocínio seria, então, a afirmação da propriedade de conceber o 2.º Grau como instância de educação do trabalhador, que viria atender, ao mesmo tempo, às necessidades do país e da grande maioria de sua população.

Todavia, as coisas não são tão simples assim. O país que necessita melhorar sua situação no plano internacional corresponde a um Estado burguês — ou seja, uma instância de mediação das contradições econômicas, em favor da burguesia. Como, então, valer-se de uma parte do aparelho de Estado burguês — o sistema educacional — em favor das classes dominadas e subalternas?

Este é outro ponto em que é importante a compreensão dos vínculos entre o avanço das forças produtivas e as relações de produção no capitalismo contemporâneo. Como se viu, na medida em que se acentuam as contradições entre esses elementos, mais complexas e também contraditórias se tornam as funções do Estado burguês. A burguesia, tendo de manter a força de trabalho sob controle mas, ao mesmo tempo, necessitando de sua competência — já que é impossível impedir o avanço das forças produtivas — tem de fazer maiores concessões, que se traduzem por ampliação do espaço de luta no interior do aparelho do Estado.

No caso da educação — e especificamente da educação de 2.º grau — as possibilidades de uma nova concepção das funções do nível médio decorrem, por um lado, da atual incompetência do sistema educacional, mesmo para o atendimento às necessidades da própria burguesia (Kuenzer, 1988) e, por outro lado, da crescente organização da sociedade civil brasileira, forçando a ampliação dos espaços políticos das classes dominadas e subalternas, bem como viabilizando novas instâncias para a defesa de seus interesses.

Concluindo, a discussão das funções sociais da educação de 2.º grau — tendo como quadro de refe-

rência a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção em uma formação social capitalista periférica, tal como é o caso do Brasil — conduz à concepção desse nível educacional como parte integrante da educação básica, destinada a garantir aos jovens o acesso aos domínios do conhecimento científico e tecnológico e a compreensão das condições da produção deste, bem como o contato com as artes e as humanidades, enquanto manifestações da atividade do homem na construção histórica de sua existência. Assim, sua função não é preparar para estudos posteriores ou para o ingresso no mercado de trabalho mas sim formar cidadãos capazes de concretizar um projeto de mudança das condições do país no cenário internacional e, ao mesmo tempo, de fazer reverter os resultados dessa mudança em favor dos segmentos da sociedade que são hoje marginalizados e explorados.

Certamente este não é o ideal, porém é o projeto — entre aqueles viáveis nas condições históricas do Brasil — mais apropriado para promover a educação dos trabalhadores, criando alguns dos requisitos necessários ao sucesso da luta por seus direitos e pela construção de uma sociedade igualitária. Se essas condições correspondem ao aumento do poder da barganha dos trabalhadores — contrariando os interesses da burguesia e provavelmente gerando contra-medidas que neutralizem e assimilem compensatoriamente os avanços conseguidos — cabe a todos os segmentos das classes dominadas e subalternas a organização de entidades representativas de seus interesses e a criação de instâncias adequadas a sua defesa.

Embora não seja objetivo deste texto explicitar em pormenor os contornos de uma proposta de 2.º Grau, a partir das funções delineadas, cumpre levantar alguns pontos a serem discutidos na concretização dessa proposta.

Em primeiro lugar, é indispensável que a oferta de 2.º Grau, público, gratuito e de boa qualidade, seja ampliada para toda a população, recebendo a necessária prioridade na formulação de políticas e na destinação de verbas para o setor educacional. Evidentemente, não se trata de ignorar as precariedades existentes na oferta de 1.º Grau, mas, inclusive, de intensificar sua eliminação, como pré-requisito óbvio para a universalização do 2.º Grau. De imediato, é necessário oferecer oportunidades de acesso a esse nível educacional, bem como condições de permanência nele e de aproveitamento a todos os egressos do 1.º Grau.

Por um lado, isso significa assegurar os requisitos materiais, pedagógicos e administrativos indispensáveis à obtenção do nível mínimo aceitável de qualidade. Por outro lado, implica repensar o próprio conteúdo do ensino, situando a questão do currículo em uma perspectiva de superação do divórcio entre teoria e prática, sem perder de vista a determinação do avanço das forças produtivas pela C & T.

Finalmente, cumpre lembrar a importância essencial do estabelecimento de relações saudáveis

entre as experiências cotidianas dos usuários — alunos e pais — dos serviços educacionais e os conhecimentos especializados dos educadores e outros profissionais envolvidos na solução de problemas ligados à área educacional. É de fundamental importância que todas essas categorias se articulem e congreguem seus esforços no sentido de assessorar o Congresso Nacional na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de modo a poder cobrar do Poder Legislativo os compromissos assumidos junto à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, R. C. *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. Brasília, 1983. Dissert. (mestr.) UnB.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *CNPq. Estatística de Ciência e Tecnologia no Brasil: panorama comentado*. Brasília. s.d. mimeo.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais — RAIS*. Brasília, 1983.
- CASSIOLATO, J. E. et al. *Experiência e perspectiva da política brasileira de ciência e tecnologia*. In: CNPq/UNESCO. *Ciência, tecnologia e desenvolvimento*. Brasília, 1983.
- CORIAT, B. *Ciencia, tecnica y capital*. Madrid, H. Blume, 1976.
- . *L'atelier et le chronomètre*. Paris, Christian Bourgois, 1979.
- COUTINHO, L. O setor produtivo estatal: autonomia e limites. *Ensaio de Opinião* (5): 28-32, 1977.
- CRUZ, P. D. Nota sobre o endividamento brasileiro externo nos anos setenta. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (Orgs.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil n.º 2: ensaios sobre a crise*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CUNHA, L. R. *Política educacional no Brasil: a profissionalização do ensino médio*. Rio de Janeiro, Eldorado, s.d.
- . Mercado de trabalho e profissionalização do 2.º Grau. In: *EDUCAÇÃO brasileira: questões da atualidade*. São Paulo, Edart, 1975.
- CURY, C. R. J. *Educação e contradição*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- . et al. *A profissionalização do ensino na Lei 5692/71*. Brasília, INEP/MEC, 1982.
- FLEURY, A. C. C. & VARGAS, N. (Orgs.) *Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar; sete estudos sobre a realidade brasileira*. São Paulo, Atlas, 1983.
- FIBGE. *Censo Agropecuário*, 1975.
- FIGUEIREDO, V. A questão agrária e as estratégias do governo. *Série Sociológica*. Brasília, UnB, 37, 1982.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutivo: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.
- HAGUENAUER, L. *Organização e dinâmica interna dos complexos: agro-indústria, química, construção civil e têxtil*. Rio de Janeiro, IEL/UFRJ, 1985.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- KENZAI-KOHO CENTER. Institute for Social and Economic Affairs. *An International comparison*. Japão, 1987.
- KUENZER, A. Z. *Ensino de 2.º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo, Cortez, 1988.

- LEME, R. A. S. et al. *Política tecnológica brasileira: desempenho e articulação*. Brasília, MIC/STI, 1987.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os economistas).
- MARTINS, C. E. *Capitalismo de estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia alemã I*. Lisboa/São Paulo, Presença/Martins Fontes, 1976.
- MELLO, G. N. *Magistério de 1.º grau: da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.
- POSSAS, M. L. Empresas multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (Orgs.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil n.º 2: ensaios sobre a crise*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- RICHTA, R. *La civilisation au carrefour*. Paris, Seuil, 1974.
- SALGADO, M. U. C. *Os determinantes das unidades de treinamento na siderurgia: estudo realizado em empresas de grande porte*. Belo Horizonte, 1984. Dissert. (mestr.) UFMG.
- _____. Educação e trabalho: formação para a cidadania no ensino de 2.º grau. *Em Aberto*, 4 (28): 1-10, out./dez. 1985.
- _____. Formação profissional e controle social da força de trabalho na crise do modelo autoritário. *Sociedade e Estado* (no prelo).
- SALM, C. L. *Escola e trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SANTOS, T. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- SANTOS, W. G. A pós-"revolução" brasileira. In: BRASIL sociedade democrática. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
- SINGER, P. *Evolução da economia brasileira: 1955-1975*. São Paulo, CEBRAP, 1975.
- TEIXEIRA, A. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico. *Revista de Economia Política*, 3(4):85-107, out./dez. 1983.
- UNESCO. *Statistical Yearbook*. 1987.
- WORLD BANK. *Technological development report*. Coréia, 1988.
-